

## **PODER, HISTÓRIA E IDEOLOGIA NOS TEMPOS DA DITADURA: OS DISCURSOS EM VEJA E PASQUIM**

Emílio de Sá Vieira<sup>1</sup>

Marcelo Marques Araújo<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O trabalho analisa e compara os posicionamentos da revista Veja e do jornal O Pasquim sobre a repressão e o crescimento econômico no período do Ato Institucional-5 e do “milagre econômico” da Ditadura Militar. Utilizando parte dos conceitos da Análise Crítica do Discurso e verificando a presença da objetividade jornalística e do silenciamento, a pesquisa busca compreender as posições destes veículos sobre o regime.

Palavras-Chave: Ditadura. Imprensa. Veja. Pasquim. Crescimento econômico. Repressão.

### **ABSTRACT**

The paper analyzes and compares the positions of Veja magazine and O Pasquim newspaper on repression and economic growth in the period of Institutional Act-5 and the "economic miracle" of the Military Dictatorship. Using some of the concepts of Critical Discourse Analysis and verifying the presence of journalistic objectivity and silencing, the research seeks to understand the positions of these vehicles on the regime.

Keywords: Dictatorship. Press. Look. Pasquim. Economic growth. Repression.

### **INTRODUÇÃO**

Um dos períodos mais fortes, obscuros e controversos da história brasileira foi a ditadura militar brasileira iniciada em 1964. No ano de 2014, fizeram 50 anos do golpe e muito ainda se discute sobre esse marco, historicamente recente, na trajetória do país. Apesar desta fase política ter trazido mortes, torturas, perseguição e censura, ainda é vista com simpatia por uma parcela da população.

Um ponto de extrema importância que é discutido sobre o assunto é o papel e a posição da imprensa brasileira em relação aos militares. A imprensa e os meios de

---

1 Graduado em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal de Uberlândia.

2 Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo, da UFU. Professor no Mestrado em Comunicação, Educação e Tecnologias (UFU)

comunicação têm um papel relevante em períodos como esse e podem influenciar e legitimar cenários políticos, dependendo do contexto. Muito se questiona sobre qual foi a parcela da mídia na construção e sustentação do período. Jornais como O Globo e o Jornal Nacional reconheceram em editoriais históricos que apoiaram o golpe militar, porém explicando o que seriam alguns dos motivos para tal posicionamento.

A questão é que normalmente as pessoas já tem sua visão pré-concebida sobre o período e sobre a ação da imprensa no período. E isso prejudica em partes o entendimento, a pesquisa e uma melhor revisão histórica do que aconteceu. Entender os fatos, o contexto e o posicionamento dos veículos traz uma leitura e uma compreensão importante da época, fortalecendo e embasando a construção de uma memória mais clara que temos do regime militar.

É isso que esta pesquisa tenta trazer de forma introdutória. A partir de uma revisão bibliográfica do assunto e da definição de conceitos importantes para o entendimento, busca-se refletir sobre os posicionamentos midiáticos da época. E para avaliar mais claramente a questão midiática e dos discursos da época, são apresentados textos de Veja e do Pasquim para ilustrar e analisar o real comportamento de ambos neste recorte. Veja, como uma das principais revistas da época e a maior atualmente, e o Pasquim, como um dos jornais alternativos de maior destaque e relevância do período.

A partir do confronto e da comparação de ideias, ideologias, discursos e estilos da revista encaixada na “grande mídia” e do jornal chamado “alternativo”, pode-se entender uma série de questões que envolveram as relações de poder e as ideologias dominantes e não-dominantes dos anos de ditadura militar.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O jornalismo, desde a evolução dos meios de comunicação de massa, sempre esteve próximo às mudanças sociais e políticas da sociedade. Acompanhando, informando e opinando. Historicamente, a posição da imprensa e dos jornalistas não foi somente de acompanhar os fatos, mas também de intervir e assumir posicionamentos frente à população, uma vez que o jornalismo se mostra como “[...] uma atividade cuja produção afeta indivíduos e governos, ampliando a capacidade de reflexão e, a partir dela, incentivando o sujeito e as sociedades a agirem para alterar determinados aspectos da realidade que os envolve” (MOL, 2012, p.3).

A partir deste conceito sobre a prática jornalística e seu papel social, entende-se a importância da imprensa, desde seu início, em épocas históricas de grande transformação política e mobilização social. “Fica evidente a natureza eminentemente *política* que o jornalismo assume desde o seu nascimento como processo social” (MELO, 2003, p.21).

A Ditadura Militar, iniciada com o golpe de 1º de Abril de 1964, foi um desses períodos de grande mudança e efervescência política da história brasileira.

A ascensão dos militares, na verdade apenas alguns poucos oficiais, se devia à forma como os confrontos sociais estavam se desenvolvendo. As classes subalternas haviam se tornado extremamente agressivas em suas reivindicações. O movimento grevista, que contara com 1,5 milhão de participantes em 1960, crescia para 1,6 milhão em 1961, 2 milhões em 1962 e 3 milhões em 1963. Aumentavam as invasões de terras e as ameaças sobre a indústria, surgiam focos de insubordinação nas Forças Armadas. O governo parecia estimular essa situação. Nesse contexto, a classe dominante não viu outra alternativa, para impor seus interesses, que a tomada do poder pelas armas. Ela própria procurou armar-se, nos campos e nas cidades. Mas o Presidente era o “Comandante-em-Chefe das Forças Armadas”, pela constituição, e havia oficiais que o apoiariam. Foi nesse contexto que a classe dominante foi buscar apoio entre os militares, comprometendo-se com a realização de medidas em benefício deles, em seu conjunto, ou de seus membros, individualmente (GARCIA, 1990, p. 65).

Após a tomada do poder pelos militares, os meios de comunicação social, nesse contexto, desenvolveram uma atuação diferenciada. Alterando sua abordagem, padrão e foco jornalístico, a grande imprensa modificou seu estilo, se adaptando à nova realidade política, social e governamental que surgia.

Antes do período ditatorial, no governo João Goulart iniciado no ano de 1961, parte da grande imprensa fazia oposição ferrenha e combatia os ideais do governante nas páginas de suas publicações. Era de interesse, por parte de articulistas, editores e jornalistas que trabalhavam nos jornais de grande circulação, que um novo poder fosse instaurado no país a fim de romper com as práticas de Jango, que, pela visão da imprensa conservadora, não seriam saudáveis para a sociedade e nem para a política brasileira.

É importante [...] lembrar que os principais jornais do país posicionaram-se, naquele momento, a favor do afastamento de Goulart e, com ênfases e envolvimento diferenciados, a favor de um golpe que, ao afastá-lo, restauraria a ‘ordem’ e protegeria o país da demagogia, do sindicalismo, do comunismo, da subversão de valores, de uma suposta ditadura de esquerda. (BIROLI, 2009, p.277).

Percebemos com isso que parte dos grandes jornais não se ausentaram do debate político nesse período em específico e demonstraram seu posicionamento contra a administração de João Goulart. As opiniões divulgadas pela grande imprensa ecoaram por parte da sociedade, criando um ambiente favorável para a instauração de um sistema político que atuasse mais à direita e que conseguisse romper com as reformas propostas pelo então presidente Jango.

Muitos veículos também acharam importante se alinhar ao novo governo, não só pela concordância com os ideais ou pela simpatia política que tinham, mas também por uma posição privilegiada, caso se alinhassem com os militares, poderiam vir a conquistar. O posicionamento de submissão à Ditadura Militar não se mostrou apenas de cunho político, mas também de interesses pessoais dos chefes dos grandes veículos. Assim percebemos que “[...] um olhar mais cuidadoso permite observar como parte da imprensa (principalmente, mas não só a grande), por conveniência se associou ao novo regime que se instaurou no país e por intermédio dessa parceria conseguiu obter vantagens econômicas e políticas.” (NASCIMENTO, 2009, p.2).

Essa aliança foi importante para ambos os lados. Os grandes jornais do país davam suporte ao golpe, tanto por sua preferência política, pelo repúdio ao governo João Goulart e por possíveis vantagens que os militares lhe ofereceriam. E o governo, por sua vez, conquistava legitimidade por meio da imprensa. “Isso significa que o governo militar, que não foi legitimado pelo voto, lança mão da comunicação de massa com o objetivo de criar comportamentos favoráveis e reduzir a resistência popular” (NASCIMENTO, 2009, p.5).

No início da Ditadura Militar, os órgãos do governo não ameaçaram a liberdade de imprensa, visto que a mesma não tinha se configurado como uma ameaça ao poder e à hegemonia dos militares. Nos primeiros anos, os governantes da época não utilizaram da censura de forma veemente. “A princípio, o Governo revolucionário não sentiu necessidade de frear a imprensa, pois a quase totalidade dos grandes jornais havia prestigiado o movimento triunfante e preparado na opinião pública a sua aceitação” (JOBIM, 2003, apud FERREIRA, 2012, p.1).

Com o passar dos anos do governo militar, o espaço para questionamentos e posições contrárias foi sendo sufocado por parte do Estado e, assim, o jornalismo brasileiro não poderia mais se basear no modelo abertamente opinativo que um dia já havia utilizado. O governo começara a usar a censura como meio de reprimir as opiniões contrárias. Neste cenário, foi conveniente para os jornais adotarem os padrões de objetividade da imprensa do

exterior com o fim de se ausentarem de opiniões e debates políticos que poderiam incomodar os órgãos militares.

A construção do ideal da objetividade do jornalismo brasileiro – naturalizando durante décadas através de estratégias de neutralidade do texto jornalístico, importando padrões estrangeiros – foram a rigor uma estratégia política no sentido de apartar a imprensa o seu papel de instaurar polêmicas (RANGEL, 2003, p.2).

A imprensa brasileira recebeu influência de diversas escolas, mas “O maior impacto que recebemos foi, porém, o do jornalismo norte-americano” (MELO, 2006, p.68). O modelo de objetividade jornalística norte-americano foi, a partir desse período, instaurado como padrão na maior parte da imprensa do país. Adotado esse novo padrão de jornalismo, a grande imprensa brasileira conseguia amenizar os efeitos da censura, da reprovação dos militares e se manter como instituição confiável e legítima perante a opinião pública.

Boa parte da grande imprensa limitou seu conteúdo opinativo e o restringiu, dando mais foco à parte informativa, assim tentando evitar assuntos polêmicos ou de grande repercussão crítica.

O país poderia viver sob o signo da ditadura e não causaria mais espanto que a imprensa não se ocupasse da questão. O jornalismo agora “se atinha aos fatos” e construía um discurso hegemônico: o discurso da neutralidade, da objetividade e da imparcialidade (RANGEL, 2003, p.2).

A opinião e a contestação ao governo militar não foram completamente extintas da imprensa nacional, mas os jornais que se restringiam ao conceito de objetividade acabavam por conquistar mais credibilidade também, legitimando ainda mais seu próprio conteúdo, pois “a pretensa objetividade do jornalismo implicava em uma certa garantia de não-distorção dos fatos e na não-necessidade de buscar outras fontes de notícia” (RANGEL, 2003, p.3).

## **Veja e O Pasquim**

Nesse contexto do regime militar foram criados dois veículos relevantes para a época. A revista Veja em 1968 e o jornal O Pasquim em 1969. O primeiro se mantém até hoje, sendo a revista de maior circulação nacional atualmente. O segundo foi extinto em 1991.

A revista Veja nasceu no ano de 1968 como uma publicação semanal de abrangência nacional e com temas variados, com foco nas questões políticas, econômicas e

culturais. Porém, a revista daquela época não se assemelhava com a que vemos na atualidade segundo as análises de Coelho e Valle (2008).

Lançada em setembro de 1968, a revista *Veja* demorou muito tempo para atingir o sucesso editorial que a caracteriza hoje, nem de longe correspondeu às expectativas da Editora Abril em termos de vendagem. Por outro lado, a fórmula contemporânea do jornalismo praticado pela revista, que combina posições políticas reacionárias com temas comportamentais, como a busca pelo sucesso, a preocupação com a saúde física e mental e com a boa aparência, estava muito distante do jornalismo praticado pela revista em 1968 marcado pela ambiguidade, consequência de uma indefinição quanto ao seu projeto editorial (COELHO; VALLE, 2008, p. 139).

*Veja* foi, ao longo dos anos, solidificando sua visão, segundo Silva (2005), liberal do ponto de vista econômico e conservadora no espectro político e cultural. Sobre seu posicionamento em relação ao regime militar, Rautenberg (2011) explica que a revista não confrontava ideologicamente a ditadura, pois, apesar das discordâncias, tinha visões em comum com o governo da época.

*Veja* declarava-se um órgão de contestação à ditadura militar, que lutou e apoiou a democratização. Porém, com as análises realizadas verificou-se que seus interesses estavam em consonância com os projetos dos governos militares. Portanto, *Veja* contribuiu com a ditadura militar moldando, formando preferências e construindo adaptações às “regras do jogo capitalista”, porque via através desta uma maneira de ver consolidada sua política partidária e concretizada suas estratégias de poder (RAUTENBERG, 2011, p. 74).

Ainda sobre o mesmo assunto, o autor revela a similaridade de *Veja* com grande parte do que chamou de “imprensa hegemônica” do período. Essa imprensa, por sua vez, tentava não confrontar diretamente o regime militar, mesmo apesar de não completamente satisfeita por causa da censura e do cerceamento à liberdade de expressão que se intensificou após 68.

*Veja*, bem como toda a imprensa hegemônica, tratou de construir seu discurso de maneira a estabelecer parâmetros que não buscassem um questionamento mais radical da ditadura militar. Os grandes empresários de comunicação estavam insatisfeitos com os rumos do regime militar. Entretanto, eram complacentes, visto o extraordinário crescimento patrimonial advindo de empréstimos e investimentos governamentais. *Veja* cresceu e se consolidou durante o período da ditadura militar (RAUTENBERG, 2011, p. 74).

Com isso, percebemos que Veja evitava o confronto ideológico com o governo, hora por concordar, hora por temer o embate e preferir se ausentar do enfrentamento. Além disso, Gazzoti (2001) aponta que uma suposta neutralidade da revista ajudava a amenizar os atritos com a censura entre o período de 1968 a 1973.

Durante estes anos, Veja não foi censurada tão rigorosamente, nem sofreu perseguições como outros órgãos de imprensa. Uma explicação para isto pode estar na pretensa neutralidade defendida pela revista. Assim, ela publicava as posições de diferentes grupos que participavam do governo ou que pretendiam conquistá-lo. Além disso, o semanário possuía alguns princípios liberais que o norteavam, mas era bastante maleável e adaptava-se ao contexto ditatorial, mesmo defendendo a abertura política (GAZZOTI, 2001, p.2).

Ainda sobre a mesma fase, o autor reitera a habilidade de Veja ao saber recuar diante pressões do regime e relembra que um enfrentamento ao governo poderia causar prejuízos financeiros à publicação que, na época, ainda se firmava no mercado.

Nesta fase, então, a censura instalou-se de forma esporádica e em momentos específicos, pois foram poucas vezes em que Veja publicou sobre assuntos ‘espinhosos’, que eram proibidos de acordo com o regime. A revista buscou uma pretensa neutralidade frente aos militares e quando enfrentou o regime soube recuar devido a ameaçada de censura prévia. Uma explicação pode estar no fato de que Veja está se firmando no mercado e, com isso, não poderia sofrer perdas com edições apreendidas (GAZZOTI, 2001, p.2).

Apesar de não fazer oposição radical e, muitas vezes, tentar manter uma neutralidade com o governo, Veja, segundo Gazzoti (1998), defendeu a redemocratização, mas de forma conciliadora, conservadora e sem grande agitação social.

Veja sempre defendeu a redemocratização, mas como resultado da ação do próprio governo. Apenas quando a situação se tornou insustentável com a campanha das “Diretas Já” é que a revista passou a apoiar a participação popular de forma ‘pacífica’, isto é, dentro da ordem, sem maiores desdobramentos. (GAZZOTTI, 1998, apud TEZINI, 2007, p. 173)

Ainda sobre o mesmo assunto, Nascimento (2013) argumenta que, para a revista Veja “A abertura política deveria ser feita então pelo governo e dentro da ordem. Percebe-se então um temor de que as classes populares ou políticos de esquerda pudessem ter um papel de maior relevância na política e nas decisões do país naquele momento.” (NASCIMENTO, 2013, p. 8.)

Percebemos que, mesmo em seu posicionamento contrário ao governo, Veja não compactuava com ações incisivas ou radicais para a tomada da democracia. Preferia a mudança por dentro do próprio governo, sem agitações externas e não abria mão de ideais conservadoras como o da “ordem”. Mesmo assim, a revista também sofria atritos com a censura imposta pelo Estado.

O Pasquim, por sua vez, fazia o contraponto ao posicionamento de Veja. O extinto jornal tinha em sua publicação semanal forte conteúdo irônico, humorístico, dialogando com a contracultura da época. O semanário, que se tornou referência como publicação alternativa à mídia tradicional, se posicionava mais à esquerda, fazendo oposição ao regime ditatorial e atuando muitas vezes como um veículo de resistência ao governo e aos costumes da época.

O jornal, que foi criado inicialmente para criticar os costumes de uma sociedade conservadora e complacente, retratou, ainda, a opressão do regime militar à sociedade e à imprensa, através de ilustrações reflexivas, que abordavam temáticas debatidas, até então, somente por movimentos sociais de resistência política - que através d'O Pasquim ganharam traço e formato de tabloide. (CARDENAL; MULLER, 2010, p.15)

Com isso, percebemos o posicionamento de confronto do Pasquim, se localizando como parte da imprensa de oposição, cumprindo o papel político de crítica à Ditadura a vários comportamentos conservadores da época.

Segundo Queiroz (2008, p. 226), o fenômeno principal de contestação que estava se projetando no mundo era o da contracultura. E os jornalistas do Pasquim se apropriaram desse movimento para criticar e se opor ao regime autoritário e às pessoas que o apoiavam. Apesar disso, o veículo não se assumia completamente como um jornal engajado, mas sim um veículo que questionava valores tradicionais com humor.

O jornal possuía uma linguagem diferente dos outros alternativos da época. A principal ideia era dar voz a uma intelectualidade boêmia da Zona Sul do Rio de Janeiro, mas sem um engajamento político-partidário. Era um grupo interessado em contestar o conservadorismo da classe média, da qual eles mesmos faziam parte (QUEIROZ, 2008, p. 222).

Sobre o surgimento da publicação carioca, Gaspari (2014) explica que O Pasquim nasceu em um contexto de controle dos grandes veículos que, por consequência, favoreceu o surgimento de jornais alternativos mais contestadores, chamados de “nanicos”.

O controle dos principais órgãos de comunicação fez florescer uma imprensa alternativa, denominada ‘nanica’. Os dois semanários impressos em papel de



jornal que mais se destacavam, *O Pasquim* e *Opinião* (lançado no final de 1972), vendiam em torno de 100 mil exemplares, quase todos nas bancas. Era uma circulação superior à das revistas *Veja* e *Manchete* somadas (GASPARI, 2014, p.223).

Ainda sobre o mesmo assunto, o autor ressalta a importância do jornal carioca, a relevância em termos de tiragem que *O Pasquim* chegou a alcançar e o estilo irônico que marcou a publicação ao longo dos anos, inserido na cena dos jornais “nânicos”.

Deram ao debate cultural uma inédita característica renovadora. O príncipe e precursor desse fenômeno fora *O Pasquim*. Lançado em junho de 1969 com uma tiragem de 28 mil exemplares, chegara a 250 mil em seis meses. Glorificação da ironia, intitulara-se ‘um jornal de oposição ao governo grego’, ‘corajoso como um rato’: ‘Na terra de cego, quem lê *O Pasquim* é rei’ (GASPARI, 2014, p.223).

Sobre o jornal, o autor ainda relembra sobre a difícil atuação d’*O Pasquim*, em que “Sobreviveu a boicotes econômicos, censura, duas bombas e à prisão de toda sua redação. Fazia medo por ser engraçado. Fez-se vanguarda, quando era apenas plural” (GASPARI, 2014, p.224).

O posicionamento e a visão de Brasil d’*O Pasquim* se diferenciava dos grandes jornais e revistas, como *Veja*. “O Brasil d’*O Pasquim* e *Opinião* pouco tinha a ver com aquele dos grandes jornais, revistas e emissoras de televisão. Num misturavam-se o deboche e um cosmopolitismo cético. No outro, vivia-se o ‘Brasil Grande’” (GASPARI, 2014, p.224).

### **Objetividade e Silenciamento**

Tão importantes quanto os posicionamentos explícitos de uma publicação jornalística, é relevante entender como funcionam seus posicionamentos implícitos, tanto na forma de dizer como no “não-dizer”. Com isso, percebemos a importância de se estudar a objetividade jornalística e o silenciamento do discurso.

Mesmo com o cerceamento à liberdade de opinião na época do regime militar, “os posicionamentos político-ideológicos continuaram existindo nas páginas dos periódicos. Entretanto, eles passaram a exigir um pouco mais de sutileza.” (BARBOSA, 1996, Apud RANGEL, 2003, p.10).

No processo sufocamento da liberdade de expressão da época podemos perceber o fenômeno do “silenciamento” no discurso da imprensa. Seja pela censura ou por posicionamentos próprios, o não-dito da mídia constitui uma importante peça de análise da história. Segundo Orlandi (2001), “(...) o silenciamento é a política do silêncio (...) é a prática

de processos de significação pelos quais ao dizer algo apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2001 apud ARAÚJO, 2011, p.95). Sobre o mesmo tema, Santos (2000) nos diz que os silêncios representam os “significados velados que se ocultam na dispersão dos sentidos” (SANTOS, 2000apud ARAÚJO, 2011, p.95).

Ou seja, o estudo do não-dito neste período também serve para exibir os posicionamentos velados da época e entender como os veículos analisados se portavam a respeito de determinados temas. Assim, entendemos que “O poder das palavras é enorme, especialmente o poder de *algumas* palavras, talvez centenas, que encerram em cada cultura, mais notadamente nas sociedades complexas como as nossas, o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes” (GNERRE, 1998, p. 21).

A partir da fala de Gnerre (1998) percebemos que existem certas palavras que determinam posições quando ditas ou quando não-ditas, reforçando a importância do silenciamento da imprensa a respeito de determinados temas.

A objetividade jornalística é um padrão amplamente usado no jornalismo e, muitas vezes, uma das principais maneiras de se ocultar os posicionamentos de um veículo ou sujeito. Segundo Hernandez (2006), a tentativa de não se posicionar, usar uma linguagem neutra e objetiva no tratamento dos fatos pode passar a impressão de que não existe um lado e uma visão particular de quem escreve.

A objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar “apagar” o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal que, como empresa ou parte de um conglomerado de informação, não quer se revelar como um ator social atuante interessado nos aspectos sociopolíticos e nas consequências do que notícia (HERNANDES, 2006, p.30).

Ou seja, mesmo em um texto supostamente “objetivo” a ideologia e os posicionamentos se fazem presente. O mesmo autor ainda afirma que “A visão de mundo do jornal paira sobre seu produto e é indissociável de qualquer um dos seus recursos expressivos e de seus conteúdos” (HERNANDES, 2006, p.29). Ou seja, a objetividade, nestes casos, acaba por amenizar ou ocultar esta visão, não eliminá-la.

Sobre o mesmo tema, Biroli e Miguel (2012) explicitam que a objetividade tem sua importância no jornalismo, pois é uma ferramenta que legitima e diferencia a prática jornalística.

O valor da "objetividade" confere legitimidade ao jornalismo, diferenciando-o de outros discursos e práticas sociais. Em torno dele, organizam-se a *ética* que define o jornalismo como profissão e as práticas rotineiras que estabelecem as diferenças entre o bom e o mau jornalismo. Para o público, o registro competente da verdade pelos jornalistas depende de sua capacidade de tomar contato com a realidade sem os vieses que a falta de conhecimento apropriado, de um lado, e o interesse e a parcialidade, de outro, imporiam à ampla maioria dos indivíduos (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 23).

Os mesmos autores ainda reafirmam a importância que a objetividade teve no jornalismo a partir do século XX, se tornando parte habitual da prática jornalística e identidade de seu trabalho.

No jornalismo, a conexão entre verdade e suspensão da perspectiva social do sujeito assume formas específicas. A partir das décadas iniciais do século XX, o preceito da objetividade passaria a ser central à cultura jornalística, constituindo a identidade dos jornalistas como profissionais e as formas de normatização e controle de suas práticas (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 23).

O padrão de objetividade praticado no Brasil e em muitos lugares do mundo teve os Estados Unidos como um de seus principais sustentadores. De acordo com Biroli e Miguel (2012) o desenvolvimento de algumas tecnologias também possibilitaram a consolidação da objetividade no campo jornalístico do país norte-americano.

Em geral, a fixação do ideal da objetividade tal como hoje entendido é creditada ao desenvolvimento da imprensa nos Estados Unidos - sobretudo à emergência do jornalismo comercial, sustentado por publicidade, e à introdução de inovações como o telégrafo e a fotografia, que ampliavam a possibilidade do fornecimento de "fatos" ao público e o colocavam diante de informações tidas como fragmentos incontestáveis do mundo real (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 23).

Ainda contextualizando sobre a influência norte-americana no assunto, Rangel (2003) explica que o padrão da objetividade, após certo tempo, passou a ser entendido não como uma entre várias alternativas, mas como a única alternativa razoável para a produção jornalística, se consolidando como referência principal para jornalistas e veículos.

Nas universidades, o modelo norte-americano passou a ser ensinado como instrumento necessário para o exercício da profissão, deixando de ser visto como arbitrário, e sendo entendido não mais como "um entre outros possíveis", mas como o único: os conceitos mais comuns (lead, objetividade, imparcialidade), então, começaram a ser percebidos, não como os valores de um grupo particular no interior da instituição jornalística, mas como os valores da própria instituição. A técnica era entendida como neutra e se

tornava condição indispensável para operar no campo jornalístico (RANGEL, 2003, p.4).

Sobre o padrão de objetividade jornalística inserido no contexto do regime militar, verificamos que, além de retirar da imprensa o papel de contestação, o padrão de objetividade jornalística também contribuía para o *status* da mídia como um instrumento social de divulgação da verdade, pois “A objetividade passa a construir, ainda que pretensamente, a verdade objetiva dos fatos e com isso, a discussão política é retirada dos jornais” (RANGEL, 2003, p.2).

Como já citado no capítulo anterior, *Veja* e *O Pasquim* se diferem no estilo jornalístico e no que diz respeito à objetividade jornalística. Por um lado, Rautenberg (2011) em sua análise sobre a atuação de *Veja* na Ditadura Militar mostra que “A revista *Veja* [...] defende seus projetos político-empresariais, mascarados de pretensa neutralidade” (RAUTENBERG, 2011, p.64). Já *O Pasquim* vai no sentido oposto dos valores e das crenças na neutralidade e objetividade jornalística como cita Buzalaf (2009) onde explica que “As provocações do *Pasquim* não eram nada discretas. Pelo contrário. Estavam espalhadas por todas as páginas do semanário: nas manchetes, nas frases-editoriais, nas fotos provocativas, nas ilustrações debochadas e nas constantes referências ao sexo e à boemia” (BUZALAF, 2009, p. 17).

### **Poder e Ideologia**

Em umas de suas análises sobre o conceito de ideologia, Eagleton ([1991] 1997) elabora que o termo pode se referir a “ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante sobretudo a distorção e a dissimulação.” (EAGLETON, [1991] 1997, p.39). Sobre este conceito de Eagleton, Araújo (2005) interpreta que “Neste sentido, as ideias e crenças buscariam legitimar os interesses de uma classe ou grupo subordinado por meio da dissimulação dos seus reais interesses” (ARAÚJO, 2005, p. 92).

Porém, Silva (2009) alerta para a importância de não se afirmar que todo discurso é ideológico. Segundo a autora, isto seria um erro na interpretação das ideias formuladas por Eagleton. “Para Eagleton, dizer que todo discurso é ideológico implica destituir de força a palavra ideologia. A posição do autor é que nem tudo é ideológico, mas pode vir a ser em virtude do contexto” (SILVA, 2009, p.172).

Eagleton explica a importância de considerar o sujeito, o conteúdo e a finalidade do discurso para entender a ideologia na mensagem. "A ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento" (EAGLETON, [1991] 1997, p. 22).

Em termos de ideologia, para o regime militar, o controle ideológico era de suma importância. Tanto para a formulação da imagem do governo quanto para influenciar a população a convergir com seus ideais. Sobre este assunto, Garcia (1990) explica que "O controle ideológico se caracteriza pelo emprego de um conjunto de recursos e medidas, por determinado setor da sociedade, para impedir que os demais tenham condições de formular outra versão da realidade, além daquela que lhes é apresentada" (GARCIA, 1990, p.113).

Sobre o mesmo tema, o autor explica quais eram os pontos principais e a linha de pensamento desse aparato ideológico do governo.

O núcleo da ideologia dominante se articulava em torno de quatro componentes básicos: inclinação pelos padrões econômicos, políticos e culturais de origem norte-americana; concepção racional tecnicista em relação à organização e funcionamento da sociedade; postura avessa a quaisquer formas de conflito; tendência à centralização decisória (GARCIA, 1990, p. 70).

O autor ainda acrescenta que a influência de outras ferramentas que o regime usava para tentar criar o controle ideológico que desejava. "Dessa forma, ideologia, propaganda, repressão e censura se integram num só processo, que se desenvolve refletindo e orientando o movimento mais geral da sociedade" (GARCIA, 1990, p.94).

### **Poder e sua Relação com a Análise Crítica Do Discurso**

Em um período tão único como o do Regime Militar é importante perceber a relevância dos poderes e das ideologias que influem tanto no governo como nas posições, atuações e discursos dos meios de comunicação. Sobre a importância do discurso e seu poder social Fairclough (1989) argumenta que "qualquer pedaço de discurso pode ser, simultaneamente, uma parte de uma luta situacional, uma luta institucional, e uma luta social (incluindo a luta de classes)" (FAIRCLOUGH, 1989, p.70, tradução nossa). O mesmo autor ainda ressalta a importância do discurso e da linguagem dizendo que "o exercício do poder, na sociedade moderna, é cada vez mais conseguido através da ideologia e, mais particularmente

através dos mecanismos ideológicos da linguagem” (FAIRCLOUGH, 1989, p.2, tradução nossa).

Sobre o mesmo assunto, Frazão (2007), seguindo na linha de pensamento de Fairclough, reitera que “os textos costumam ser espaços de luta uma vez que guardam traços de diferentes discursos e ideologias em disputa pelo controle” (FRAZÃO, 2007, p. 59). Porém, na relação linguagem-poder é necessário indicar que “O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, garantir sua manutenção, subvertê-lo e/ou alterar sua distribuição a curto e em longo prazo” (FRAZÃO, 2007, p. 60). Porém, Fairclough (1989) não menospreza as outras formas de poder. Sobre isso, o autor afirma que “É importante enfatizar que eu não estou sugerindo que o poder é apenas uma questão de linguagem” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 3, tradução nossa), trazendo também outras formas de poder, como a coerção física. Assim, Fairclough não traz a linguagem como única forma de poder, mas como uma das principais. A partir daí, podemos entender as atuações de órgãos da imprensa, fortes propagadores de discurso, como partes importantes nessas lutas.

Compreender a relevância do estudo do poder e da ideologia no discurso nos permite utilizar parte da Análise Crítica do Discurso (ACD), desenvolvida por Fairclough, como base para permitir uma análise mais eficaz sobre a atuação de Veja e O Pasquim no período da ditadura militar. Uma das justificativas para tal é que “Um dos objetivos da ACD é, por conseguinte, ‘desmitificar’ os discursos decifrando as ideologias” (FRAZÃO, 2007, p. 59). Essa característica em particular da ACD é relevante para o trabalho pois remete às ideologias implícitas nos textos, o que tem relação direta com o poder, com a ideologia, com o uso do padrão de objetividade jornalística e o silenciamento.

A importância da ACD para o trabalho vem mais no sentido de fornecer base e uma abordagem diferenciada em relação ao poder, visto que “A Análise Crítica do Discurso não oferece um método bem definido de análise linguística, mas sim novas formas de olhar a linguagem, dentro de perspectivas históricas e sócio-políticas” (FIGUEIREDO, 1997 p. 44). Ainda sobre o tema, é importante saber que “Outra característica marcante da ACD é a sua preocupação com o poder como condição central da vida social” (FRAZÃO, 2007, p. 59), reforçando ainda mais sua relação com a pesquisa.

Entendido a importância do poder do discurso na atuação social dos meios de comunicação, temos de compreender como esse poder comunicacional se torna mais forte. Fairclough (1989) diz que a “Ideologia é mais eficaz quando seu funcionamento é menos visível.” (FAIRCLOUGH, 1989, p.85, tradução nossa). Ou seja, quando o posicionamento é

mais implícito e invisível, o poder da ideologia da mensagem se torna mais ativo. Ainda sobre o tema, o autor argumenta que essa

invisibilidade é alcançada quando as ideologias são trazidas para o discurso não como elementos explícitos do texto, mas como os pressupostos de fundo que por um lado levam o produtor de texto a ‘contextualizar’ o mundo de uma forma particular, e por outro lado levam o intérprete a interpretar o texto de uma forma particular.(FAIRCLOUGH, 1989, p.85, tradução nossa).

Como já citado no capítulo “Objetividade e Silenciamento”, a principal forma de tentar tornar menos visíveis as ideologias em um texto é a partir da prática da objetividade jornalística. Com um discurso objetivo, o meio de comunicação pode utilizar de um efeito oculto de poder, como cita Fairclough, onde diz que “A ideia de ‘poder por trás do discurso’ é que toda a ordem social do discurso é montada e realizada em conjunto como um efeito oculto de poder.” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 55, tradução nossa).

Sobre a mesma ideia o autor ainda explica que “O discurso da mídia de massa é interessante porque a natureza das relações de poder promulgadas muitas vezes não é clara, e há razões para vê-lo como algo que envolve as relações ocultas de poder.” (FAIRCLOUGH, 1989, p.49, tradução nossa). Ou seja, muitas vezes as relações de poder não são explícitas, mas isso não significa que elas estejam ausentes. E um dos meios para “ocultar” essas relações é por meio do discurso de objetividade, que ameniza os posicionamentos em um texto.

## **METODOLOGIA**

Como discutido nos capítulos anteriores, o espaço midiático é palco de lutas ideológicas e de poder através dos discursos embutidos nos meios de comunicação. Veja e O Pasquim foram os veículos escolhidos para analisar a divergência ideológica entre os discursos na época da ditadura militar brasileira.

O tema escolhido para a análise foi o crescimento econômico. O período de grandes taxas de crescimento conhecido como “milagre econômico”, protagonizado pelo no governo Médici (1969 – 1974). Segundo Martins (1999), o “milagre econômico”, junto com a repressão com o Ato Institucional 5, foi o ponto essencial para a imagem do governo Médici e, assim, da ditadura militar.

Em termos políticos, o período Médici representou, se o compararmos com outros governos militares, para a maior parte dos brasileiros, ao contrário do que vinha se efetivando de fato, um momento de aparente “tranquilidade” e estabilidade política. Essa imagem, criada junto a uma parcela significativa da sociedade civil, pôde ser sustentada por uma combinação ímpar na história brasileira: por um lado, o governo fazia pleno uso do AI-5 para senão eliminar totalmente, pelo menos calar “legalmente” a oposição através da repressão e censura; por outro, o regime colhia, como citamos acima, os frutos do que se convencionou chamar de “milagre econômico”, mostrando à sociedade que de fato o futuro promissor de nosso país, tão exaltado pelos militares, havia enfim chegado (MARTINS, 1999, p. 71).

Com base no direcionamento exposto sobre a temática e a escolha do corpus, o diagnóstico dos objetos será realizado analisando a presença ou não de ferramentas da objetividade jornalística no texto e a presença ou não do silenciamento de temas ou discursos. Também será feita análise do poder e das ideologias presentes nos textos, suas linhas antagônicas e a construção enunciativa de valores diluídos e implícitos no jornalismo, levando em conta parte dos conceitos da Análise Crítica do Discurso, trabalhadas em *Language and Power* de Norman Fairclough, sobre estes temas.

## ANÁLISE

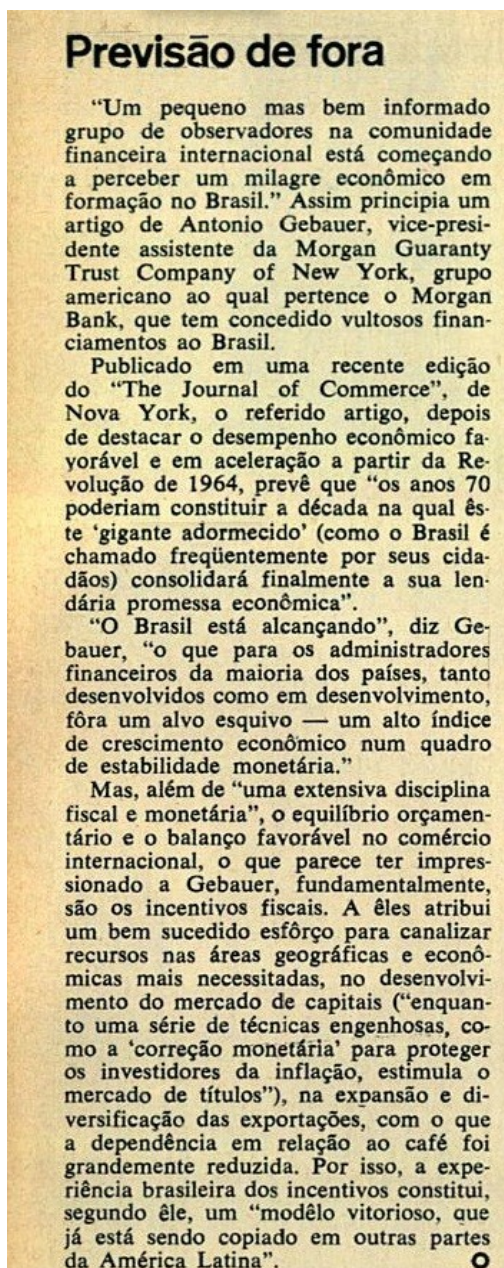
Um dos pontos mais exaltados pelo regime, o “milagre econômico”, foi fortemente utilizado pelo governo brasileiro na época para fazer sua propaganda, moldar uma imagem positiva e justificar sua permanência no poder. O chamado “milagre econômico” ocorreu entre 1968 e 1973 no país e consistia nas altas taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) que o Brasil conquistou neste período. De acordo com Martins (1999), o fenômeno serviu de base para uma forte propaganda ideológica do governo militar a seu favor.

A ditadura militar ocorrida no Brasil, especificamente no governo do General Emílio Garrastazu Médici, promoveu insistentemente a idéia de que o crescimento econômico vivido pelo país, entre os anos de 1969-1973, decorria necessariamente do processo ‘revolucionário’ iniciado em março/abril de 1964. O governo brasileiro revelou, nesta época, uma forte preocupação em conquistar um certo consenso em torno de seu projeto de desenvolvimento econômico que trazia consigo, como já é sabido, uma grande desigualdade com relação à distribuição de renda. O ‘milagre econômico’ como convencionou-se chamar, atingiu somente os setores economicamente privilegiados, deixando à margem desse ‘desenvolvimento’ a grande maioria da população brasileira (MARTINS, 1999, p. 8).



O fenômeno de altas taxas de crescimento econômico era (e ainda é) um dos principais argumentos favoráveis ao período militar. Sobre o tema, Veja, na edição 122 de 6 de janeiro de 1971, traz em sua página 30 uma matéria denominada “Previsão de fora”.

Figura 5 - Matéria da revista Veja “Previsão de fora”



Fonte: VEJA, nº 122, p.30, 1971.

O título “Previsão de fora” consiste em utilizar opiniões internacionais para legitimar a série de elogios que é feita na matéria. Grande parte das menções positivas como “um milagre econômico em formação no Brasil” no primeiro parágrafo e “um modelo vitorioso” no último, são falas do autor do artigo internacional que Veja cita, e não da própria revista brasileira. Com isso, a revista deixa de forma implícita seus valores diluídos no texto.

Veja apenas encaminha a matéria de forma a legitimar o discurso do “The JournalofCommerce” sem nenhum tipo de contraponto ou crítica. Além de elogiar a política econômica do país no período, percebemos que Veja trata o golpe militar como “Revolução de 1964”, uma expressão conhecida pelo caráter não-crítico e até mesmo favorável à tomada de poder em 64.

No texto em questão, Veja utiliza de artifícios da objetividade jornalística para legitimar seu discurso elogioso à política econômica do governo militar. A revista usa da estratégia de utilizar de falas e discursos alheios para respaldar o viés favorável, sem precisar opinar claramente no texto como no segundo parágrafo onde diz que “Publicado em uma recente edição do ‘The JournalofCommerce’, de Nova York, o referido artigo, depois de destacar o desempenho econômico favorável e em aceleração a partir da Revolução de 1964 [...]”.

Também percebemos o posicionamento simpático de Veja à política econômica ao verificar o silenciamento da revista sobre os aspectos negativos do “milagre econômico”. A publicação não cita, por exemplo, aspectos negativos da economia da época como o aumento da concentração de renda e o arrocho salarial visto que o fenômeno em questão “privilegiava claramente a acumulação de capital por parte de grupos econômicos seletos em detrimento do arrocho salarial da imensa maioria da população brasileira” (MARTINS, 1999, p.87). Ou seja, Veja silencia sobre os aspectos negativos da questão, dando preferência aos pontos positivos e às vozes que elogiam a economia.

Dessa forma, verificamos no discurso de Veja uma tentativa de construção e legitimação do poder dominante a partir do posicionamento favorável que o veículo mostra em relação à política econômica do país. Dentro do que Fairclough (1989, p. 49, tradução nossa) chama de “poder escondido”, Veja, no texto apresentado, demonstra um discurso implícito que vai de encontro e se alinha à ideologia do regime militar, reforçando e validando as relações de poder que o governo da época trazia.

Ainda sobre o tema “Milagre econômico”, o Pasquim demonstra uma linguagem e um posicionamento diferente do que foi visto em Veja. Na sequência de charges em seguida chamada “A imprensa, essa previsível”, o autor ironiza posicionamentos da imprensa brasileira com a legenda onde diz que “[...] como a imprensa continua um repositório de lugares-comuns [...] lá vou eu também, na mesma trilha”. No quadrinho situado na parte inferior à esquerda da página, o autor ironiza o chamado “milagre” na economia e a posição pouco crítica da imprensa nacional.

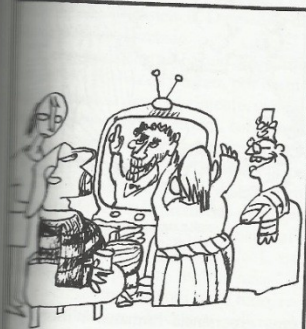
Figura 6 - Charge do jornal O Pasquim: “A imprensa, essa previsível”

MILLÔR FERNANDES

## A IMPRENSA, ESSA PREVISÍVEL

Já escrevi coisa semelhante no livro "Lições de um ignorante" mas como a imprensa continua um repositório de lugares-comuns (este jornal é de hoje ou do ano passado?) lá vou eu também.

Você não viu o que aconteceu lá? Você não viu o que aconteceu lá? Você não viu o que aconteceu lá?



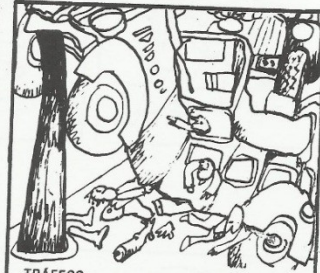
## GUERRA

Que faz o presidente Nixon?  
 – Declara que a paz será duradoura.  
 E as tropas americanas no Vietnam?  
 – São apenas residuais, de importância meramente estratégica.  
 Que fazem os vietnamitas?  
 – Atacam de surpresa, sobretudo instalações civis, ferindo e matando indiscriminadamente.  
 Que fazem os americanos?  
 – Uma necessária retaliación, bombardeando instalações militares.



## EDITORIAL

Quem falou sobre o assunto?  
 – Porta-vozes desinteressados.  
 Mas que, apesar disso?  
 – São extremamente bem informados.  
 As conversações se desenrolaram?  
 – Sob o signo das boas intenções de parte a parte.  
 Já não estamos mais?  
 – No tempo em que os diferentes órgãos do governo se atiravam, descoordenados.  
 Podemos afirmar que se acabaram?  
 – Todas as divergências.



## TRÁFEGO

O acidente foi?  
 – Favoroso.  
 Devido, mais uma vez?  
 – À deficiência de sinalização no cruzamento do Aterro.  
 Ou então?  
 – À imprudência dos pedestres que arriscam a vida não atravessando pelas passarelas.  
 Ou ainda?  
 – Devido à verdadeira loucura e imperícia motorista do ônibus.  
 O motorista então?  
 – Perdeu a direção e feriu seis pessoas.  
 E por isso ou afirmamos mais uma vez?  
 – Que as autoridades devem tomar providências enérgicas antes que esta cidade vire um monte de cadáveres e escombros de viaturas assassinas.



## ECONOMIA

O que foi que aumentou de maneira milagrosa?  
 – O nosso produto bruto.  
 Devido sobretudo?  
 – A uma sábia política fiscal, redistribuição de renda e apoio decisivo à indústria nacional.  
 A fixação da política governamental foi recebida?  
 – Com uma verdadeira consagração.  
 Por que os resultados obtidos foram?  
 – Sem precedentes.  
 Devido a termos abandonado os métodos?  
 – Tradicionais. (Variante) Ultrapassados.  
 Ano que vem a nova meta é?  
 – Reduzir a inflação a seus níveis mínimos.



## POLÍCIA

A vítima estava?  
 – Em decúbito dorsal.  
 Foi assassinada?  
 – Por roubo ou por ciúme.  
 O corpo apresentava evidentes sinais?  
 – De violência.  
 O instrumento de morte era?  
 – Pérfuro cortante.  
 A vítima morava?  
 – Só. E tinha hábitos pacatos.  
 O suspeito era?  
 – Um entregador de gelo de 21 anos, que tinha uma intimidade estranha com o velho milionário.



## URBANISMO

Se fará mais uma incorporação?  
 – De 180 andares.  
 A incorporação se destina?  
 – A revolucionar o conceito de moradia.  
 Todos os apartamentos serão?  
 – De frente, com vista para o mar e a lagoa.  
 O edifício será construído?  
 – Em centro de terreno, naquela rua sossegada, na tranquilidade com que você sempre sorriu, fechada em pastilhas, play-ground e salão de festas.  
 Serão apenas?  
 – Oitenta e cinco apartamentos por andar.

Fonte: JAGUAR, 2006, p.253

O desenho tem o título de "ECONOMIA" e critica com uso da ironia a subserviência da imprensa brasileira e questiona os elogios ao crescimento econômico do país. O trecho do quadrinho inicia com "O que foi que aumentou de maneira milagrosa? – O nosso produto bruto. Devido sobretudo? – A uma sábia política fiscal, redistribuição de renda



e apoio decisivo à indústria nacional. A fixação da política governamental foi recebida? – Com uma verdadeira consagração”.

Levando em conta a legenda no início da charge que se refere à imprensa como “um repositório de lugares comuns”, podemos perceber o posicionamento implícito de O Pasquim de questionamento aos valores e às afirmações citadas no trecho. A publicação mostra uma linha ideológica antagônica à apresentada em Veja, criticando o apoio e a não-contestação da imprensa brasileira à política econômica da época. O jornal não deixa de forma totalmente explícita sua crítica, pois usa da ironia como discurso amenizador, mas, ao contrário de Veja que usa falas e análises de terceiros para legitimar seu posicionamento, O Pasquim usa sua própria fala para retratar o tema.

Como é tradicional da linha editorial de O Pasquim, o jornal abre mão da objetividade jornalística e dos padrões formais de jornalismo. Para fazer a crítica, a publicação usa da ironia como linguagem para contestar tanto os valores da imprensa e sua subserviência, quanto para contestar os valores positivos da política econômica do país e questionar o “milagre econômico”.

O silenciamento no Pasquim ocorre pelo dizer. Através da ironia, o autor da charge não explicita em termos verbais sua crítica, mas a coloca de forma implícita. A partir da construção de sentidos da charge e do próprio título e linha-fina da página, percebe-se que o autor é contra os ideais que escreve. Utilizando uma linguagem humorística, o autor não escreve explicitamente suas críticas, mas as deixa implícitas com sua ironia.

Com essas análises, percebemos o posicionamento contrário do Pasquim em relação ao que vimos em Veja. Ao invés de construir e legitimar os poderes dominantes, como faz Veja, O Pasquim desconstrói e ironiza a ideologia do poder vigente, representado pelo governo militar. Com sua crítica irônica, o Pasquim usa em seu discurso uma tentativa de deslegitimar um dos pilares do poder dominante da época: o crescimento econômico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve o intuito de demonstrar mais claramente parte dos posicionamentos de dois importantes veículos da imprensa brasileira no período da ditadura militar. Mas, mais do que isso, refletir sobre conceitos que envolvem estes posicionamentos e checar e/ou quebrar ideias pré-concebidas.

A partir dessas análises de repercussões jornalísticas sobre o crescimento econômico, tema que mais baseou a ideologia e ação do regime militar, pudemos perceber como eram os posicionamentos da imprensa brasileira na época.

A revista *Veja*, importante veículo já naquele período, seguia uma linha ideológica próxima a do governo, respaldando discursivamente a ação do regime no assunto analisado. Como estudado, *Veja* não concordava completamente com o que estava posto pelos militares, mas nos pontos principais de sustentação ideológica, era favorável ao regime. A revista, neste caso, representa a atuação de boa parte da chamada “grande mídia” que atuou no período com certa simpatia a muito do que foi imposto pela ditadura.

Já o jornal *O Pasquim*, uma das publicações de mais destaque e repercussão na chamada imprensa “alternativa”, criticava e ia contra a ideologia do governo. Satirizava e ironizava tanto os discursos do regime, quanto à uma linha de pensamento conservadora que existia na classe média da época, uma das bases de apoio e sustentação dos militares.

Sobre o trabalho de uma forma geral, percebe-se que, nos pontos fortes da ideologia militar, o que chamamos de “grande mídia” apoiou sim a ditadura. E muito desses posicionamentos da época, explicam os posicionamentos de hoje da imprensa. Também verificou-se que era possível fazer oposição ao governo e às ideologias vigentes mesmo em pleno AI-5. As perseguições existiam, as sanções eram feitas, as prisões também, mas ainda existia um pequeno espaço que conseguia fazer a crítica ao que estava posto. E *O Pasquim* utilizava muito da ironia e da sátira para isso.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo Marques. **Comunicação, língua e discurso: uma análise terminológica discursiva de um dicionário de especialidade**. 2011. Tese (Doutorado em Letras e Comunicação) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_, Marcelo Marques. **Sincronia da Memória Acadêmica**. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - ILEEL/Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BIROLI, Flávia Millena. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia história**, Belo Horizonte, v.25, n.41, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a14.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014

BIROLI, Flávia Milena; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opin. Pública**, Campinas, v. 18, n. 1,

Junho 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762012000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Out. 2014.

BUZALAF, Márcia Neme. **A Censura no Pasquim (1969-1975):** As vozes não-silenciadas de uma geração. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2009.

CARDENAL, Jozieli Camila; MULLER, Cláudio Arcidio. A importância do Pasquim na promoção da cidadania durante o período ditatorial. **Rede Brasileira de Mídia Cidadã**. 2010. Disponível em :<<http://www.unicentro.br/redemc/2010/Artigos/A%20import%C3%A2ncia%20do%20Pasquim%20na%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20cidadania%20durante%20o%20per%C3%ADodo%20ditatorial.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2014

COELHO, Cláudio Novaes Pinto; VALLE, Maria Ribeiro do. A Revista Veja e o Movimento Estudantil em 1968: entre o engajamento e o entretenimento. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**. Recife, v. 26, n.1, p.138-154, 2008. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/61/56>>. Acesso em: 27 Out. 2014.

EAGLETON, Terry. **Ideologia:** uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997 [1991].

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London, Longman, 1989.

FERREIRA, Jean Marcel. A imprensa dos campos gerais no período pré-ditadura militar. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 13., 2012, Chapecó. **Anais...** [chapecó]: Intercom, 2012. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1481-1.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Gênero e poder no discurso jurídico. **Revista de Ciências Humanas**, [S.l.], v. 15, n. 21, p. 37-52, jan. 1997. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23353>>. Acesso em: 17 Nov. 2014.

FRAZÃO, Theresa Christina Jardim. **Análise crítica do discurso jornalístico sobre a implantação do sistema de cotas em universidades públicas brasileiras**. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <[http://www.unicap.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=129](http://www.unicap.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=129)>. Acesso em: 11 nov. 2014.

GARCIA, Nelson Jahr. **Sadismo, Sedução e Silêncio:** propaganda e controle ideológico no Brasil (1964- 1980). São Paulo: Loyola, 1990.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura Envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura Escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GAZZOTI, Juliana. A revista Veja e o obstáculo da censura. **Revista Olhar**, São Carlos, v. 03, n. 5-6, p.1-9, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar5-6/artcensura.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2014.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**. São Paulo: Contexto, 2006.

JAGUAR; Sérgio Augusto. (org.). **O Pasquim** – Antologia (1972 – 1973), vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e Propaganda Política: A Revista Manchete durante o governo Médici**. 1999. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Disponível em: [http://www.arqanalagoa.ufscar.br/tesesdisserta/Disserta\\_o\\_de\\_Mestrado\\_Ricardo\\_Constan\\_te\\_Martins.pdf](http://www.arqanalagoa.ufscar.br/tesesdisserta/Disserta_o_de_Mestrado_Ricardo_Constan_te_Martins.pdf). Acesso em: 24 nov. 2014.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª edição revista e ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. 240p.

\_\_\_\_\_, José Marques de. **Teoria do Jornalismo**. Identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006. 280p.

NASCIMENTO, Layse. Tramas da imprensa paranaense e o regime militar de 1964. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3146-1.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2014

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. A imprensa a serviço do golpe: O AI-5 nas páginas da revista Manchete (1968-1979). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. **Anais...** . Ouro Preto: Ufop, 2013. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/a-imprensa-a-servico-do-golpe-o-ai-5-nas-paginas-da-revista-manchete-1968-1979>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O Pasquim: embates entre a cultura política e a contracultura. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. VI, ano 3, n. 2, p. 218-235, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/126/121>>. Acesso em: 27 out. 2014.

RANGEL, Monique Benati. Poder e discurso da imprensa na década de 60: A objetividade a serviço da ditadura militar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** . [Belo Horizonte]: Intercom, 2003. p. 1 - 12. Disponível em: <[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP02\\_rangel.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP02_rangel.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

RAUTENBERG, Edina. A revista Veja durante a ditadura civil-militar brasileira: uma discussão a respeito do seu papel no campo do poder e da luta de classes. **Em Debate**, n. 5, p. 64-85, abr. 2011. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2011n5p64/19853>>.

Acesso em: 16 Out. 2014.

VEJA. Previsão de fora. In: **Acervo digital Veja**, nº122, p.30. São Paulo: Editora Abril, 1971. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/ho-me.aspx>>. Acesso: 19 de novembro de 2014.

SILVA, Carla Luciana da Souza. **Veja**: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). 2005. 652 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Uff / Unioeste, Niterói, 2005. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Veja-Carla-Silva.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SILVA, Renata. Linguagem e ideologia: embates teóricos. **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 9, n. 1, Apr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-76322009000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322009000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 Nov. 2014.

TEZINI, Julian Caetano Vaccari. O Movimento Estudantil em 1977 e a Atuação Política da Revista Veja. In: **Revista Tempos Históricos**. Vol, 10, 2007, p. 171-205. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/issue/view/26/showToc>>. Acesso em: 19 Nov. 2014.